



## MEMÓRIAS DE MULHERES ENCARCERADAS E O TRABALHO NO TRÁFICO DE DROGAS.

Marta Bramuci de Freitas

Orientadora: Ana Elizabeth Santos Alves

*Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB [ppgmemorials@gmail.com](mailto:ppgmemorials@gmail.com)*

**RESUMO:** Este artigo apresenta resultados preliminares de uma pesquisa em andamento, cujo objetivo é compreender que memórias as mulheres encarceradas constituem sobre a sua inserção e manutenção no trabalho no tráfico de drogas, em um contexto histórico, econômico e social marcado pela precarização das condições de trabalho e em especial da força de trabalho feminina. Buscamos analisar o tráfico de drogas como uma atividade de expressão no contexto mundial e brasileiro que absorve mulheres em busca de trabalho, reconhecimento e valorização social, apesar da inserção marginal. Metodologicamente, utilizamos os procedimentos da pesquisa qualitativa por meio de entrevistas semi-estruturadas no contato direto com mulheres encarceradas.

Palavras-chave: Memórias, Mulheres encarceradas, Trabalho, Tráfico de drogas.

### I INTRODUÇÃO

As relações de trabalho no tráfico de drogas têm como objetivo o lucro e o poder é gerenciado pela lógica capitalista. É necessário compreender as transformações atuais que ocorrem no mundo do trabalho, tanto nos espaços privados assim como públicos; a exemplo do desemprego estrutural crescente e emprego precário; crescimento da informalidade nos contratos de trabalho que não geram quaisquer vínculos empregatícios, etc. (FRIGOTTO, 1997). Nesse contexto, buscamos pensar o tráfico de drogas como uma atividade de

expressão no contexto mundial e brasileiro que absorve um grande número de indivíduos em busca de trabalho, reconhecimento e valorização social, apesar da inserção marginal. Conforme ressalta Feffermann (2006, p. 15): “Há outras formas de tratar o fenômeno do tráfico de drogas; todavia, existe um consenso de que se está diante de uma das indústrias mais lucrativas do mundo, ultrapassando até a petrolífera”.

Apresentamos neste artigo resultados preliminares de uma pesquisa em andamento, cujo objetivo é



compreender que memórias as mulheres encarceradas constituem sobre a sua inserção e manutenção no trabalho no tráfico de drogas, em um contexto histórico, econômico e social marcado pela precarização das condições de trabalho e em especial da força de trabalho feminina.

A nossa atuação na função de técnica de Serviço Social, de uma unidade prisional no interior do estado da Bahia, possibilitou identificar que a maioria das mulheres presas responde a processos por envolvimento com o tráfico de drogas ilícitas. A escolha do tema da pesquisa surgiu por meio dessa experiência e do questionamento acerca do ingresso de mulheres no sistema penal brasileiro, fenômeno social crescente<sup>1</sup> nos últimos anos:

(...) trata-se de um crime que gradualmente vem ganhando maior incidência e visibilidade no mundo feminino, sendo gradativamente mais visado pelas mulheres, apresentando-se como o delito que mais tem encaminhado a figura feminina ao encarceramento, de forma significativamente preocupante (DUTRA, 2011, p. 30).

O encarceramento feminino rege-se a partir de padrões de criminalidade muito

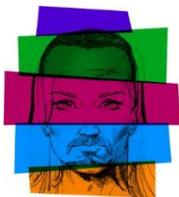
---

<sup>1</sup>Um exemplo antropológico desta inserção crescente podemos encontrar no livro de Athaide, C. & Bill, M. *Falcão, as mulheres e o tráfico*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

diferenciados se comparados aos do público masculino. Enquanto 25% dos crimes pelos quais os homens respondem estão relacionados ao tráfico, no caso das mulheres essa proporção chega a 68%. Sendo que, o número de crimes de roubo registrados para homens é três vezes maior do que para mulheres, segundo dados do Ministério da Justiça (2011).

Tais análises nos instigaram a desenvolver este estudo acerca da relação de mulheres com o tráfico de drogas.

Busca-se articular a temática de mulheres enquanto trabalhadora no tráfico de drogas e em situação de privação de liberdade ao campo de estudo da memória; partimos de uma perspectiva social por considerarmos a relevância dessa relação. Halbwachs (1968) fortemente influenciado pela sociologia funcionalista francesa de Émile Durkheim, foi o fundador dos estudos referentes à memória na área das ciências sociais atribuindo-lhe um caráter fundamentalmente coletivo; suas análises incitaram uma visão em torno da temática memória, com base na reflexão do papel da sociedade e dos quadros sociais no ato de lembrar. A memória se dá na reelaboração do passado, e, através de outras reconstruções efetivadas por indivíduos pertencentes ao mesmo grupo.



Para Halbwachs (1968) seja oficial ou extraoficial, ideológica ou contra ideológica, a memória é sempre coletiva, considerando que se trata de um fenômeno social e não de um processo estritamente individual. Para o autor, a memória é condição necessária à existência do grupo. Os grupos funcionam como base da memória coletiva, ou seja, as memórias individuais se formam a partir da relação com o outro: “Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação (HALBWACHS, 2006, p.29)”. É necessário um acordo entre as lembranças dos indivíduos para que elas possam complementar-se, produzindo um arcabouço comum de recordações.

Pollak (1989) não desconsidera a obra de Halbwachs, mas, traz inovações fundamentais para a abordagem sociológica da memória. Os dois autores destacam o caráter coletivo da memória, definindo-a como uma construção social. Contudo, para Pollak, além desta coletividade da memória, o sujeito também é portador de lembranças, divergindo-se de Halbwachs, que defende que o social se estabelece em desacordo com o individual. Pollak defende que o indivíduo

também tem a capacidade de constituir e acessar memórias, como membro ativo na construção das recordações dos grupos. O sujeito gerencia as influências externa e constroem suas próprias recordações o que faz com que ele não seja um completo dependente dos “quadros sociais da memória”.

Nessa perspectiva, fundamentaremos esta pesquisa, com base nas lembranças que se manifestam na fala de mulheres encarceradas de uma unidade prisional, no interior da Bahia, no qual terão oportunidade de expor suas histórias sobre a memória do trabalho, adentrando na atividade no tráfico de drogas e nas relações entre vivências particulares e vivências coletivas.

Essencialmente, ao rememorar o passado e suas vivências nos diversos espaços que ocuparam, as mulheres encarceradas o fazem partindo do presente. Seus relatos refazem uma memória regressada para a família, para o trabalho e para as adversidades encontradas cotidianamente e revelam aspectos importantes sobre suas histórias tanto no âmbito familiar quanto social.



## II METODOLOGIA

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos priorizamos a abordagem qualitativa e utilizamos para a efetivação da pesquisa: pesquisas bibliográficas; documentos sobre a unidade prisional; e roteiro de entrevistas semi-estruturadas com sete mulheres internas, de uma unidade prisional do interior da Bahia, desde novembro de 2014.

Inicialmente, com o objetivo de explorar o campo empírico e definir de modo mais claro o objeto de estudo, realizamos entrevistas livres com três mulheres encarceradas sobre as suas histórias de vida, com o intuito de proporcionar maior familiaridade com o problema. No momento, estamos concluindo o restante das entrevistas e organizando a transcrição dos dados. Apresentamos neste artigo recortes de entrevistas transcritas com três mulheres.

O fato de a pesquisadora atuar na unidade prisional, no período de execução da pesquisa, traz como positivo a facilidade de acesso ao campo, mas, por outro lado existe a complexidade do fato de se encontrar inserida nas relações sociais presentes na instituição, o que pode ocasionar a naturalização de determinadas questões o que

comprometeria o distanciamento necessário para uma observação participante e eficiente.

## III RESULTADOS E DISCUSSÃO.

O significado do trabalho para homens e mulheres em determinada organização social é determinado pela racionalidade econômica que os direciona, vinculado a questões sociais e políticas. De acordo com o pensamento marxista, o conceito geral de trabalho se dá, em dois níveis: no plano da necessidade que consiste em atender as exigências de sobrevivência dos seres humanos e condiz à produção e reprodução material e no outro nível, chamado de reino da liberdade, trata-se da *práxis* existencial, que se situa além da produção e reprodução material manifestando, paralelamente, a necessidade de integração entre os dois planos:

[...] o reino da liberdade só começa, de fato, onde cessa o trabalho que é determinado pela necessidade e por objetivos externos; por conseqüência, em virtude da sua natureza, encontra-se fora da esfera da produção material propriamente dita [...] (MARX, 1993,p.12).

Dessa forma, o plano da liberdade se dá quando o homem diante da não necessidade urgente em garantir sua



existência e de outros, poder optar entre as possibilidades e potencialidades humanas para além de quaisquer estruturas de dominação. Entretanto, no sistema do capital as necessidades humanas são claramente subordinadas à expansão da organização capitalista. Assim, podemos dizer que o trabalho no tráfico de drogas para a grande parte das mulheres encarceradas, configura-se como uma atividade direcionada essencialmente, que movimenta o mercado, o capital, e que para as mulheres não significa necessariamente sua realização como trabalhadora, mas, atender às suas necessidades básicas de sobrevivência. Essa realidade é comparável com a história de vida dos trabalhadores em geral, que vendem sua força de trabalho segundo a lógica capitalista.

Dentro dessa análise sobre o trabalho, trazendo para nossa proposta de pesquisa é que questionamos: em que circunstâncias tão adversas podemos identificar o trabalho dessas mulheres? O trabalho no comércio de drogas, na maioria das vezes não se configura como um espaço de oportunidades para criação e realização de homens e mulheres, torna-se somente um meio tão incerto como qualquer outro existente no mundo do trabalho ilegal para suprir as

necessidades através de uma atividade remunerada.

A forma como as mulheres encontram-se inseridas como trabalhadoras produtoras e reprodutoras da força de trabalho e, fundamentalmente, pela condição de classe, gênero, e outras questões de identidade e nacionalidade têm intensificado duramente a realidade das trabalhadoras.

O tráfico ilegal de drogas significa hoje, no contexto social, econômico e político brasileiro, a abertura dos mercados e oportunidades de negócios lucrativos como qualquer outro. Sugere economicamente uma forma de inserção e permanência em atividade laborativa paralela ao mercado formal de trabalho, uma nova possibilidade de renda, com particularidades e regras próprias, mas, que se amplia cada vez mais, absorvendo um quantitativo significativo da força de trabalho excedente no mercado de trabalho formal.

Vera Telles (2009, p.115) ressalta que a partir dos anos 1980, as diferenças entre trabalho, desemprego e expedientes de sobrevivência, invadem os processos produtivos na mesma proporção do



conhecido como informal, paralelo a expansão das redes de subcontratação e o trabalho precário, sempre nas fronteiras duvidosas “entre o legal, o ilegal, também entre o ilícito e delituoso”.

A autora coloca ainda que no período da reestruturação produtiva, as atividades ilícitas se internacionalizaram e se reestruturaram, de forma que se tem de um lado, os empresários do ilícito (a droga), atuando em rede, e de outro lado, o pequeno comerciante atuando na precariedade as margens da economia da droga, transitando entre o desenvolvimento da atividade e a prisão. Esse público ganha espaço na proporção em que cresce a demanda, que Ruggiero (2000 *apud* TELLES, 2009, p.158) denomina de “modulação criminosa do capitalismo pós-fordista, criminalidade *just-in-time*”, respondendo as variações e aos distintos territórios dos mercados. Em meio a esse movimento, assentam-se as relações sociais, a economia doméstica e encontram-se os indivíduos e suas famílias e fundamentalmente, as mulheres sujeitos desta pesquisa.

A atividade econômica relacionada ao tráfico de drogas no Brasil é consolidada pela ausência de perspectiva, desemprego e exclusão, levando

uma parcela significativa da população a esse negócio, que embora ilícito, permite uma margem de lucro superior a do mercado formal, oportunizando acesso a bens e serviços. Conforme ressalta Feffermann, (2006) o tráfico de drogas vai ganhando o espaço na macrossociedade que o estado não consegue atender via efetivação dos direitos sociais. A organização do tráfico ilegal de drogas demarca seu território de forma crescente no contexto social, econômico e político brasileiro, conquistando assim características de inserção laborativa “marginal” ampliando-se, conforme é possível confirmar através de entrevistas com as mulheres encarceradas: Quais as memórias que elas constituem sobre trabalho e o que significa para elas, a atividade no tráfico de drogas?

As primeiras incursões no campo empírico revelam as memórias das mulheres entrevistadas sobre o trabalho, associado a uma atividade formal, trabalho árduo e dinheiro difícil. Conforme sugere a entrevistada A

[...] eu trabalhava, sempre trabalhei, não mexia com tráfico nem nada, [...] tinha trabalho de diarista, de empregada doméstica [...] trabalhava de faxineira, trabalhei 12 anos terceirizado [...] (Entrevista realizada em 15/10/2015).



Ainda neste sentido a entrevistada B define trabalho:

[...] Trabalhei como operadora de caixa em loja de sapatos no shopping durante 06 meses [...] eu quero sair daqui fazer uns cursos, trabalha, mudar de vida [...] (Entrevista realizada em 20/10/2015).

Em alguns trechos das entrevistas, as mulheres ora definem o tráfico de drogas como trabalho e em outros momentos não o consideram como trabalho, a depender do esforço empregado na atividade. A entrevistada B relata sobre o trabalho na loja de sapatos e quando questionada sobre o trabalho no tráfico de drogas explica: “[...] é um trabalho, porque também não é uma coisa fácil assim de fazer é arriscado”. Embora o trabalho em uma loja foi salientado pela entrevistada, o trabalho no tráfico de drogas também passa a ser concebido como trabalho quando se torna um dever ou necessidade não prazerosa, assim como qualquer outro trabalho. Dessa forma, a questão do dinheiro difícil está intimamente ligada à remuneração, reconhecida por meio do trabalho lícito ou ilícito.

Feffermann (2006) ressalta que o atual sistema social, político e econômico, baseado na acumulação capitalista, cria e reproduz uma reserva de força de

trabalho desempregada ou parcialmente desempregada. A busca pela sobrevivência leva segmentos da população a encontrarem estratégias por meio de trabalhos ilícitos.

A entrevistada C, conceitua trabalho relacionando-o a uma atividade desenvolvida de forma digna, sem violentar os outros, contrário ao trabalho no tráfico. Vincula o tráfico de drogas ao crime, pelo fato da sua relação com os homicídios e pela destruição de vidas de forma geral através de seus efeitos, visto, portanto, como uma atividade para desocupados.

[...] é difícil entender o tráfico de droga como trabalho, trabalho é de gente honesta, de gente que tem o que fazer, de gente como a senhora que ta aqui trabalhando, é de gente honesta que não precisa matar, nem vender droga [...] (Entrevista realizada em: 15/04/2015).

Confirmando, ainda, as memórias constituídas sobre o trabalho, a mesma entrevistada referenciada acima rememora: “[...] meu pai, ele trabalhou em uma firma, não me lembro mais uma firma muito boa em SP, meu pai é muito trabalhador [...] depois ele tinha o próprio bar dele [...]. Em seguida, define o tráfico de drogas como trabalho, mas no sentido de um estilo de vida, de ganhar dinheiro mais fácil:



[...] eu não achei interessante trabalhar em posto de gasolina, demorava demais pra receber [...] eu achei aqui ta mais confortável pra mim, vou trabalhar no crime, vou vender droga, vendendo vou conseguir tudo que eu quero [...] em 03 dias eu já tava com aquele dinheiro [...].

A entrevistada refere-se ao tráfico de drogas como trabalho e como um meio de dinheiro fácil, em contradição ao primeiro momento no qual elegeu como trabalho a atividade de gente honesta.

È notório que as memórias que as mulheres constituem sobre trabalho é permeada por contradições. Nesse sentido, ao considerar os eventos do presente conforme ressalta Pollak (1992, p. 04): “a memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento consistem um elemento de estruturação da memória”. Assim, no momento em que as mulheres relatam suas histórias elas o fazem sob a influência das condições vivenciadas por elas no momento do aprisionamento. Assim, Pollak (1989, p. 9) afirma que a memória é uma “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar.”

Por meio dessas narrativas é possível identificar as memórias

das mulheres encarceradas sobre o trabalho e as interferências formuladas pelo grupo social. Dessa forma, é possível detectar ainda a memória como um elemento fundante para compreender os diversos contextos que perpassam a história de vida dos sujeitos.

#### IV CONCLUSÃO

É fundamental compreender a relação da mulher com a criminalidade, a partir da premissa de que é a “questão social” que determina sua condição. As mulheres em geral envolvidas com o crime em grande parte são de classe baixa (Medeiros 2010). Quando ouvimos as histórias de vida das mulheres encarceradas e as circunstâncias que as levaram a atividade dentro do tráfico de drogas e conseqüentemente, à prisão, constatamos como essas mulheres foram oprimidas: primeiro pela condição de gênero e depois pela condição de classe. É possível verificar que elas, encontram-se desde muito cedo privadas de direitos sociais básicos.

O sentido do trabalho unicamente como trabalho “digno” legal e ilegal, para as mulheres encarceradas está intrinsecamente relacionado ao sentido



ideológico que a categoria trabalho carrega. Essa ideologia oculta a centralidade do tráfico na economia capitalista atual, no qual responsabiliza os trabalhadores pela sua condição de marginalizados. É necessário compreender que o modelo de economia capitalista, traz como características de excluídos a inclusão precária, instável, marginal, pois, a própria lógica do mercado possui o poder de estabelecer quais serão os indivíduos e grupos que possuem as características necessárias para se adaptarem aos mercados globais e quais serão os incluídos e automaticamente às margens dos seus direitos enquanto cidadãos.

Conforme exposto, esta pesquisa encontra-se em construção, portanto, não há conclusões, objetiva-se aqui construir uma base sobre o tema para posteriores estudos e propostas de intervenções estatais.

## V REFERÊNCIAS

ATHAÍDE, C.; BILL, M. **Falcão, as mulheres e o tráfico**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

DUTRA, T C. **A criminalidade feminina com relação ao tráfico de drogas, frente à Lei 11.343/06**. 2011:

<http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao>. Acesso em: 13/10/14.

FEFFERMANN, M. **Vidas arriscadas: o cotidiano de jovens trabalhadores do tráfico**. Petrópolis, Vozes, 2006.

FRIGOTTO, G. **Os Delírios da Razão: Crise do Capital e Metamorfose Conceitual no Campo educacional**. In: GENTILI, Pablo. *A Pedagogia da Exclusão*. Petrópolis: Vozes, 1997.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

MARX, K. **Os manuscritos econômicos e filosóficos**. Textos filosóficos. Lisboa, Edições 70, 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. acesso em 01/12/2015.

MINISTÉRIO-DA-JUSTIÇA-UFRJ-e-UnB-**Tráfico-de-Drogas-e-Constituição**. Ministério da Justiça, 2011. **Disponível em:** <http://www.bancodeinjusticas.org.br/wp-content/uploads/2011.pdf>. Acesso em: 04/12/2015.

POLLAK, M. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. .

\_\_\_\_\_, M. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

TELLES, V.S. **Ilegalismos urbanos e a cidade**. Novos Estudos Cebrap, 84.p. 153-175, (2009). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 01/01/2016.